

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.221 - RJ (2020/0011602-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : SANDRA CRISTINA DA COSTA BALDANZA**  
**ADVOGADO : RAFAEL MACHADO DA CONCEIÇÃO - RJ125372**  
**AGRAVADO : EMPRESA CINEMAS SAO LUIZ S.A**  
**ADVOGADO : FERNANDO SETEMBRINO MÁRQUEZ DE ALMEIDA -**  
**RJ031564**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por SANDRA CRISTINA DA COSTA BALDANZA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

Apelação Cível. Ação indenizatória por danos materiais, morais e estéticos. Direito do consumidor. Queda no interior da sala de projeção do cinema. Ausência de ato ilícito a ensejar responsabilidade civil. Provimento do recurso para julgar improcedente a ação, bem como determinar a inversão do ônus sucumbenciais. (fls. 310).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos artss. 371 do CPC; 6º, III e VI, 14, *caput*, § 1º, do CDC; 186 e 927 do CC, no que concerne à configuração de ato ilícito a ensejar danos materiais e morais, diante da apreciação das provas, do dever de informação e do serviço defeituoso, por queda ocorrida no interior de cinema, trazendo os seguintes argumentos:

A Recorrente se socorre aqui as regras da experiência comum previstas no Código de Processo Civil. E isso porque não se conhece cinema no Brasil que publiciza informação, colocando placas ou mesmo trailers antes do início do filme, no sentido de que os consumidores NÃO PODEM SE LEVANTAR DURANTE A SESSÃO ou que A CIRCULAÇÃO ESTARIA PROIBIDA DURANTE O FILME.

Nem mesmo a recomendação de que não se levantem, seria algo factível.

Não obstante a isso, salvo melhor juízo, é totalmente contraditória a defesa dessa tese, quando o próprio cinema, para permitir o deslocamento em segurança, inclusive de pessoas que chegam atrasadas, instala leds em TODOS OS DEGRAUS.

O que se quer provar Ex.' é que permitir o caminhar com segurança antes, durante e após a sessão faz parte da atividade principal da Recorrida, isto é, permitir o entretenimento com segurança dos consumidores/expectadores, garantindo a incolumidade física dos mesmos.

[...]

O problema da Recorrente começou quando ao tentar caminhar para a saída, no meio da escadaria de acesso, havia TRÊS LEDS APAGADOS, EM TRÊS DEGRAUS CONSECUTIVOS.

[...]

Qualquer pessoa pode cair e se machucar: são fortuitos da vida! O que não se pode conceber é o consumidor estar submetido a um ambiente, onde os mecanismos instalados que se prestariam a salvaguardar a integridade das pessoas, acabaram por levar a erro a Recorrente, autorizando a queda e todos os transtornos que a Recorrente carrega, até os dias hoje.

Sim, levou a erro porque para caminharmos em ambientes escuros, a referência luminosa, por menor que seja, atua como guia para os nossos passos. Se essa referência luminosa não se presta para a finalidade para a qual foi instalada, só podemos concluir que há falha no dever de cuidado para com o consumidor e que o serviço de entretenimento prestado oferece riscos à segurança!

Dáí podemos concluir pela patente negativa de vigência aos incisos III e VI do artigo 6º da Lei 8.078/90. E isso porque, dado que se ao fornecedor cabe prezar pela "informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem e pela efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos", como explicar a Recorrente que a queda provocada por uma falha na manutenção dos degraus, não obstante toda a proteção que a lei consumerista lhe concede, não lhe dará o amparo necessário para o ressarcimento de todas as lesões sofridas?

Veja Ex.', era função da Recorrida cuidar para que quedas não ocorressem no interior de suas salas de cinema, mas sob a análise de riscos, sabidamente a Recorrida tomou para si a responsabilidade e as consequências que poderiam advir de um sinistro como o ocorrido nesse caso concreto, quando deixou de manter os leds na sua escadaria de acesso.

E nesse ponto, também não esqueçamos da negativa de vigência ao caput e ao §1º do artigo 14 da Lei 8.078/90, quando na decisão recorrida prevaleceu tese de que mesmo a Recorrente apresentando uma atitude normal (caminhar para a saída ainda com as luzes apagadas do da sessão de cinema), esqueceu-se o douto julgador de piso que: (i) "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e risco" e (ii) "o serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais" I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; e III - a época em que foi fornecido".

[...]

O artigo 371 do CPC estabelece que "o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação do seu convencimento".

Desta forma, ao proferir a decisão, incumbe ao juiz, apresentar uma valoração discursiva da prova, justificando seu convencimento acerca da veracidade das alegações, e indicando os motivos pelos quais acolhe ou

rejeita cada elemento do conjunto probatório.

É através da prova que se permite, no processo, seja descoberta a verdade acerca dos fatos da causa.

Considerando o exposto, importante registrar que não houve menção alguma na decisão recorrida, ao claro defeito na prestação do serviço perpetrado pela empresa Recorrida, conforme imagem abaixo e em clara ofensa ao artigo 371 do CPC.

[...]

A letra fria do acórdão sopesou as argumentações dos patronos e, ao final, condenou a Recorrente, **SIMPLESMENTE POR TER CAMINHADO NO CINEMA ANTES DO TÉRMINO DO FILME.**

No entanto, Exa., imagine um local escuro e gelado (por conta do ar condicionado), onde se venda bebidas (refrigerantes), pipoca, doces e ainda se permita ingressar no recinto com gêneros alimentícios diversos (vendidos em lojas de fast food, por exemplo). (fls. 351/356)

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, colaciona paradigmas a fim de demonstrar divergência jurisprudencial sobre a questão *supra*.

É o relatório. Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Alega a parte Autora que sofreu queda no interior da sala do cinema, em razão de suposta falha na prestação do serviço consistente na sinalização luminosa deficitária nas escadas, tendo sofrido lesões (fratura no terço distal do rádio direito), conforme atestado no laudo pericial de fls. 177/183. Confira-se:

“Este Perito Médico, após o exame pericial que realizou na autora e considerando a documentação médica contida nos autos, conclui que, em face das evidências clínico-pericial e documentais, a lesão sofrida pela autora é compatível com o acidente narrado na inicial, o qual gerou uma Incapacidade Total Temporária (ITT) pelo período de 3 (três) meses, e uma Incapacidade Parcial Permanente (IPP) na razão de 4% (quatro por cento), além de um dano estético mínimo.”

**No entanto, da análise do conjunto probatório, é possível concluir que não houve falha na prestação do serviço a configurar ato ilícito por parte do Apelante.**

**A Autora/Apelada, após assistir ao filme no estabelecimento do Réu/Apelante, levantou-se antes que as luzes da sala de exibição fossem acessas, e, em consequência, sofreu a queda que lhe causou lesões.**

Manifesta-se, portanto, que o acidente ocorreu por circunstância que poderia acontecer a qualquer pessoa, não se podendo aqui se extrair qualquer parcela de culpa por parte do Apelante.

Por tais motivos, voto no sentido de dar provimento ao recurso para julgar improcedente o pedido, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados estes em 10% sobre o valor da causa. (fls. 312/313).

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Em relação à segunda controvérsia, na espécie, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: “Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso” (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente